

DECISÕES DA CIT
14 de fevereiro de 2008

Dra. Márcia Bassit, Secretária Executiva do Ministério da Saúde e Coordenadora da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, iniciou a reunião com votos de um bom ano de trabalho para todos e seguiu a pauta elaborada pela Câmara Técnica da Comissão Intergestores Tripartite – CT/CIT.

Pauta/Decisões/Encaminhamentos

1. Homologações:

Foram homologados:

- 1.1. Os Termos de Compromisso de Gestão dos Estados do Pará e do Espírito Santo;
- 1.2. Os Termos de Compromisso de Gestão de: 04 municípios da Bahia; 01 de Goiás; 21 do Maranhão; 116 de Minas Gerais; 71 do Paraná; 75 Rio Grande do Norte e 03 de São Paulo.
- 1.3. A Certificação do município de Vale Verde - RS para gestão da Vigilância em Saúde.

2. Pactuações:

2.1. Avaliação do processo de adesões ao Pacto pela Saúde e estratégias de ação tripartite: resultado da oficina do GT/Gestão nos dias 22 e 23 de janeiro de 2008.

A coordenadora da CT/CIT, Dra. Lúcia Queiroz, apresentou ao plenário da CIT a **Avaliação do processo de adesão dos municípios, Estados e Distrito Federal ao Pacto pela Saúde com a proposta de estratégias para ação tripartite, resultado de uma** oficina realizada nos dias 22 e 23 de janeiro de 2008 na qual participaram 16 representantes indicados pelo MS (SE, SVS, SGEP, SAS, SEGETS, ANVISA), 7 pelo CONASS e 8 pelo CONASEMS. Destacou que a oficina foi construída de forma tripartite, desde a definição da programação até a produção do relatório sintético que foi colocado nas pastas dos participantes da CIT com a denominação de relatório-memória da oficina. O documento apresenta um diagnóstico da situação de implantação do Pacto nos estados e municípios com seus avanços e dificuldades, as propostas e próximos passos a serem implementados pelos três entes federados. Nas propostas de encaminhamentos destacou:

1. As ações voltadas para o componente de planejamento e fortalecimento da capacidade de gestão do SUS;
2. A necessidade de ações voltadas para a valorização da gestão;
3. Na retomada da discussão do Pacto pela Saúde na agenda da CIT, incluir:
 - atualização da agenda inconclusa;
 - aprofundamento do diagnóstico atual, identificando os fatores que contribuíram para a não adesão de um conjunto de estados e municípios ao Pacto;
 - qualificação das CIBs;

- Pactuar estratégias de apoio aos Colegiados de Gestão Regional – CGR;
- Ações voltadas para o financiamento como: estimular um processo de planejamento estratégico, regional, contínuo e integrado e um financiamento adequado para a elaboração da PPI;
- contemplar em um Plano Nacional de Investimentos prioritariamente as propostas contidas nos PDI, observando para a alocação dos recursos critérios que contemplem a redução das desigualdades regionais;
- unificar, em futuro próximo, todos os incentivos do componente de Qualificação da Gestão do Bloco de Financiamento de Gestão do SUS transformando-os em um único componente voltado à qualificação e valorização da gestão;
- efetivação das transferências de recursos por meio dos Blocos de financiamento.

Para os próximos passos:

1) Realizar uma Oficina de Trabalho das CIB com a participação de representantes das SES e dos COSEMS, no mês de março próximo, para ampliar a avaliação da implantação do Pacto pela Saúde, bem como reforçar informações relevantes para a estruturação das Câmaras Técnicas nas CIB e construção dos TCG;

2) Promover uma ação conjunta MS/CONASS/CONASEMS de apoio a estados e municípios visando a sua adesão ao Pacto pela Saúde, inclusive com a realização de oficinas nos estados, principalmente nos aspectos operacionais.

O CONASS leu um documento elaborado com o CONASEMS reafirmando as diretrizes e propostas contidas no Pacto pela Saúde para ser assinado pelos três entes federados. Por ter sido apresentado no momento do plenário, o documento será incorporado às propostas que serão discutidas pelo plenário na reunião da CIT de março próximo.

2.2. Pactuação unificada de indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde.

A CT/CIT apresentou uma minuta de portaria que estabelece as prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida, os indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde e as orientações, prazos e diretrizes para pactuação em 2008. Foram pactuados 54 indicadores, sendo 37 principais e 17 complementares, com alteração na redação referente à EC-29 no financiamento da União – em vez de “conforme cálculo explicitado no artigo 6º da EC 29”, alterar para “conforme a regulamentação da EC 29”. Foi solicitado priorizar a Saúde do Homem e que os indicadores sejam propostos quadrienalmente, com revisão anual.

2.3. Programa de Saúde na Escola – PSE.

Instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/07, é resultado de um trabalho integrado do Ministério da Saúde e Ministério da Educação, na perspectiva de ampliar as ações específicas de saúde aos alunos da rede pública de ensino. O PSE foi pactuado no mérito, com necessidade de aprofundar as discussões sobre a operacionalização, metas e recursos financeiros.

3. Informes:

3.1. A Secretária Executiva informou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançará, oficialmente, no próximo dia 25 o Programa Territórios da Cidadania. Esse programa, que reúne 110 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, beneficiará, só neste primeiro ano, cerca de mil municípios brasileiros, nos quais se localizam 60 das áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País.

3.2. Implementação da PT GM nº 3.060/07 referente aos recursos destinados ao apoio da gestão participativa. O Secretário de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP, Dr. Antonio Alves, informou que a SGEP continua aguardando os planos de ações dos Estados para alocação dos recursos referentes à referida portaria. Citou o exemplo do Estado do Maranhão que fez um projeto para estruturação e qualificação de uma ouvidoria. Colocou sua equipe à disposição das SES para auxiliar na elaboração ou adequações dos projetos.

3.3. O DAD/SE informou a resolução nº 709/07 da CIB-ES, que aprova a adequação das CIB microrregionais em Colegiados Intergestores Bipartite Microrregionais, em nº de 8(oito).

3.4. Acompanhamento da Portaria 1996/07 que trata da Educação Permanente. O Secretário da SGTES, Dr. Francisco Campos, informou a situação dos projetos de Educação Permanente, destacando a necessidade de maior participação dos Gestores do SUS junto às instituições de ensino. Sobre o **Pró-Saúde**, informou inclusão de outras áreas do setor saúde (antes, o Pró-Saúde estava restrito aos cursos de medicina, enfermagem, e odontologia) e que os gestores terão até dez de março de 2008 para entregarem seus projetos.

3.5 Unificação da Tabela SIA/SIH/SUS.

A Secretária Substituta da SAS/MS, Dra. Cleusa Rodrigues, informou que, apesar de algumas dificuldades, que são inerentes à implantação de novos sistemas, o DATASUS/SE e DRAC/SAS têm feito esforços no sentido de solucionar os problemas surgidos. Solicitou o apoio dos gestores estaduais e municipais no sentido de coibir as pressões à gestão do Ministério da Saúde por parte de empresas privadas contratadas por prestadores de serviços para operarem os SIA/SIH. Solicitou dos gestores o apoio para mudar essa situação.

3.5. O presidente do CONASEMS, Helvécio Miranda, convidou todos os gestores para participarem do XXIV Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde, que será realizado em Belém-PA nos dias 8,9,10 e 11 de abril de 2008.

3.6. Dra. Beatriz Dobashi , representante do CONASS convidou os gestores para participarem do Seminário Nacional sobre “Violência: uma Epidemia Silenciosa”, que ocorrerá em Porto Alegre – RS no período 25 e 26 de março de 2008.

Outras observações:

- O Presidente do CONASEMS, Dr Helvécio Miranda, solicitou apoio ao MS para resolver o problema do teto financeiro do município de São Carlos para viabilização do seu Hospital Universitário;
- O Presidente do CONASEMS, Helvécio Miranda, solicitou ao MS, maior esforço no sentido de ordenar as ações visando desenvolver o Sistema de planejamento do SUS sob a coordenação da CIT (GT de planejamento), terminando com a prática autônoma em desenvolvimento pelo MS, que esta se realizando em dissonância com o art 16, inciso XVIII da lei 8080..
- O Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, Dr. Antonio Alves, solicitou do CONASS e CONASEMS, uma relação de SES e SMS das capitais para receberem os computadores adquiridos pela SGEP, para usos dos COSEMS visando apoio à descentralização da gestão do SUS.